



RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL - RCPG

GESTÃO 2021





RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL - RCPG

Demonstrações Contábeis Consolidadas 2021

JUSSARA-PR



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

EQUIPE E GESTÃO

Robison Pedroso da Silva

PRESIDENTE

Valter Luiz Bossa

DIRETOR

Arildo Aparecido de Camargo

COORDENADOR GERAL

Jefferson Lauer Valendorf

CONTADOR

Rebeca Silva Rocha

CONTROLE INTERNO

André Bartolomeu Arrais da Silva

AUXILIAR ADMINISTRATIVO



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

SOBRE O CISPAR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR, fundado em 2001, teve sua personalidade jurídica alterada para pessoa jurídica de direito público com o Contrato de Consórcio Público adaptado à Lei nº 11.445/2007. Com natureza autárquica, sem fins lucrativos, é atualmente constituído por 49 municípios associados, nas condições do Contrato de Consórcio Público, podendo ser representados nos casos expressamente permitidos por órgãos da administração direta e indireta dos municípios consorciados. Além do seu objetivo primordial de promover ações e serviços na área do saneamento, englobando abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, o Consórcio desenvolverá os objetivos adiante descritos, podendo firmar ou figurar como interveniente em convênios, ajustes e instrumentos congêneres nas mais diversas esferas governamentais: prestação de serviços na área do saneamento; execução de obras que se fizerem necessárias para o alcance de suas finalidades e o fornecimento de bens; administração, operação e manutenção dos sistemas de manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana, realização de licitações, dispensas ou inexigibilidades, dentro das áreas de atuação do Consórcio, em nome do município consorciado, realização de licitações compartilhadas, contratação pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada licitação, e outras atividades.

ÓRGÃO DE REGULAÇÃO

Com independência decisória e com a observância da transparência, o ORCISPAR é o Órgão Regulador do Consórcio CISPAR, devidamente fundamentado no art. 21 e segs. da Lei Federal nº 11.445/07.

Regularmente criado e estruturado nos estatutos e demais resoluções, o ORCISPAR é o órgão do Consórcio responsável pelo exercício da atividade de regulação em proveito dos serviços e dos usuários dos 49 municípios paranaenses consorciados ao CISPAR.

Atuando nas atividades de planejamento, controle, fiscalização e mediação de conflitos, o ORCISPAR tem por objetivos primordiais garantir a prestação adequada dos serviços públicos de saneamento básico e a universalização dos serviços, de forma eficiente e transparente.

De forma inovadora e com total respeito às populações de cada um dos municípios consorciados, o ORCISPAR, além da estrutura técnica colocada à disposição de todos os prestadores dos serviços de saneamento, dispõe de um canal de comunicação constante e perene com cada município, o que se dá por meio dos conselhos de regulação existentes em cada localidade, nos quais usuários eleitos democraticamente podem participar dos rumos do saneamento municipal.

Diante disso, o ORCISPAR tem a missão de promover melhorias nos serviços de saneamento de forma técnica, democrática e participativa, privilegiando o controle social, sempre atento ao mais importante dos atores envolvidos no processo: o usuário.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

SUMÁRIO

1.	O Relatório Contábil.....	6
2.	Declaração do Contador.....	7
3.	Siglas.....	8
4.	Introdução.....	9
5.	Ações Orçamentárias.....	10
6.	Orçamento do exercício.....	12
7.	Demonstrações contábeis.....	12
7.1.	Balanco Patrimonial.....	12
7.2.	Demonstração da Variação Patrimonial.....	14
7.3.	Balanco Orçamentário.....	17
7.4.	Balanco Financeiro.....	18
7.5.	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	19
7.6.	Notas Explicativas.....	20
7.7.	Restos a pagar.....	21
8.	Considerações finais.....	22
9.	Glossário.....	23
10.	Embasamento Legal.....	26



1. O RELATÓRIO

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, de 23/09/2016, o principal objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil do Setor Público é fornecer informações úteis ao usuário com o intuito de exercer a prestação de contas (accountability) e tomada de decisão.

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) abrangem as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas e outras informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, podendo compreender múltiplos relatórios. A norma ainda destaca:

Os RCPGs são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.

Os usuários primários dos RCPGs são aqueles que usufruem dos serviços públicos ou que proveem esses recursos, bem como seus representantes. Sendo assim, são os cidadãos que recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e que proveem parte dos recursos para esse fim por meio de pagamento de tributos. Assim, eles são usuários primários dos RCPGs.

Alguns usuários dos serviços e alguns provedores de recursos podem não ser considerados cidadãos, mas indivíduos que pagam tributos e recebem benefícios, como, por exemplo, as agências bilaterais ou multilaterais; provedores de recursos e corporações que realizam transações com o governo; bem como aqueles que financiam e/ou se beneficiam dos serviços fornecidos por organizações governamentais internacionais. Estes também são considerados usuários primários dos RCPGs.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que os demonstrativos contábeis publicados (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº. 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, relativas ao exercício de 2021, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicionada.

Jussara-PR, 10 de fevereiro de 2022.

JEFFERSON LAUER VALENDORF

CRC MS 013514-O-3 T-PR



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

3. SIGLAS E NOMENCLATURAS

BF – Balanço Financeiro

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CASP – Contabilidade Aplicada ao Setor Público

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

PL – Patrimônio Líquido

RCPG – Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidades do Setor Público

RPNP – Restos a Pagar Não Processados

RPP – Restos a Pagar Processados

STN – Secretaria do Tesouro Nacional



4. INTRODUÇÃO

O Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) é um relatório contábil elaborado, por recomendação do Tribunal de Contas da União e das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, para atender às necessidades dos usuários em geral. O RCPG é componente central da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. O Relatório Contábil de Propósito Geral abrange as demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis. O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações úteis sobre a entidade do setor público, voltadas para os usuários do RCPG para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e para subsidiar os processos decisórios.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público apresenta como marco histórico nesse processo de evolução a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, no âmbito nacional, para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, nas quais se inserem os procedimentos de contabilidade. A Lei estabeleceu as demonstrações contábeis que deverão ser apresentadas, no caso do Cispár: os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis do CISPAR são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Notas Explicativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei 4.320/64, da Lei Complementar 101/2000 – LRF, das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e do Manual SIAFI.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

5. AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O Orçamento Anual do Cispar foi aprovado através da Resolução 48/2020, em consonância com o Plano Plurianual – PPA e com o PAT – Programa Anual de Trabalho, equivalente à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

5.1. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

A ação orçamentária descrita na atividade acima diz respeito a todos os elementos de despesas orçamentárias dos quais são primordiais para manutenção e prestação de serviço aos consorciados, contemplando a classificação funcional dos serviços administrativos, jurídicos, contábeis, financeiros, engenharia e química.

No exercício corrente, no âmbito da administração do Cispar foram realizados 233 processos administrativos, oriundos de solicitações da diretoria executiva e coordenação, do laboratório, do órgão de regulação e aos consorciados. Dos processos realizados, foram executados procedimentos licitatórios, dispensas de licitação, inexigibilidade, contratos administrativos e demais documentos.

5.2. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LABORATÓRIO.

Na atividade de operação e manutenção dos serviços de laboratório, a ação orçamentária visa ao atendimento aos consorciados do Cispar para prestação de serviço de todas as análises de água e efluente necessárias para atender as Legislações do Ministério da Saúde. A ação é de tamanha importância pois, através dos elementos orçamentários, é possível entregar um serviço de qualidade e demonstrar o nível e parâmetros de potabilidade de água e dos demais serviços de saneamento de cada Município consorciado.

Somente no ano de 2021, foram realizadas mais de 30 mil análises de água e efluentes de diversos parâmetros e portarias, demonstrando a responsabilidade social que o Cispar desempenha ao prestar o serviço de análises e emissão de laudos técnicos a respeito da qualidade da água que é disponibilizada aos usuários.

5.3. ATENDIMENTO AO CONSORCIADO

O Cispar é formado por quarenta e nove municípios do Paraná e auxilia na prestação de serviço de saneamento básico à população dos entes políticos. Dentre as atividades do Consórcio, é possível contemplar e agregar valor aos consorciados através de treinamentos, palestras, cursos, licitações compartilhadas, contratação por intermédio do Cispar para prestação de serviços e aquisição de materiais, compartilhamento de software contábil e de faturamento de água e outras atividades essenciais no atendimento à demanda da sociedade.

5.4. ÓRGÃO DE REGULAÇÃO - ORCISPAR

Com independência decisória e transparência, a ação orçamentária do Órgão Regulador foi criada e estruturada de acordo com o Estatuto e Resoluções e atua no exercício da atividade de regulação em proveito dos serviços e usuários dos municípios regulados.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

Atuando nas atividades de planejamento, controle, fiscalização e mediação de conflitos, o ORCISPAR tem por objetivos primordiais garantir a prestação adequada dos serviços públicos de saneamento básico e a universalização dos serviços, de forma eficiente e transparente.

Em 2021, o ORCISPAR realizou fiscalização in loco em vinte (20) municípios regulados. Seguindo a Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, foram emitidos relatórios técnicos de fiscalização de todos os municípios visitados, com informações sobre o sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, análises dos laboratórios e as não conformidades constatadas.

Também cabe destacar a importância do ORCISPAR nos atos administrativos, jurídicos, contábeis e econômicos, dos quais se exteriorizam através de Notas Técnicas e Decisões da Diretoria a respeito de reajuste e revisão tarifário, manifestação sobre concessões e subvenções, decisões e orientações jurídicas e demais assuntos. Somente em 2021, foram realizadas trinta e quatro (34) Notas Técnicas e Decisões em atendimento aos regulados.

Através dessa atividade, o ORCISPAR tem como missão e objetivo de promover melhorias nos serviços de saneamento básico de forma técnica, democrática e participativa, privilegiando o serviço de qualidade e o controle social por parte dos usuários.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

6. ORÇAMENTO APROVADO

Através da Resolução nº 48/2020 aprovada em Assembleia, foi sancionado o Orçamento Anual do Cispar para o exercício de 2021, em consonância com o Plano Plurianual e com o Programa Anual de Trabalho.

A receita estimada e a despesa fixada totalizaram R\$ 7.910.000,00. No exercício foram realizados três créditos suplementares e um crédito especial, todos utilizados como fonte de recurso a anulação de outras dotações orçamentárias.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação. Esse balanço é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido:

- Ativo: recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- Passivo: obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- Patrimônio Líquido: diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações.

Com o MCASP, o Balanço Patrimonial passou a ter uma visão patrimonial, segregando os ativos e passivos em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

- Ativo circulante – Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que possuem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.
- Ativo não circulante – Compreende os ativos que têm a expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis e estão divididos em ativo Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível.
- Passivo circulante – Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, além daqueles que a entidade for fiel depositária, independente do prazo de exigibilidade.
- Passivo não circulante – Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, além daqueles que não atendam a nenhum dos critérios que os classifiquem no Passivo Circulante.

O Balanço Patrimonial, baseado no MCASP, adequado às normas internacionais, às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e à Lei 4.320/64, é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação; e

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Anexo 14 Balanço Patrimonial - De 02/01/2021 A 31/12/2021 - 1.-Anual Exercício: 2021

Descrição Fonte Recurso	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
0-Quebra: - Balanço Patrimonial					
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
ATIVO CIRCULANTE	2.994.733,91	1.775.087,06	PASSIVO CIRCULANTE	99.331,34	67.067,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.994.733,91	1.775.087,06	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	61.299,73	34.904,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.994.733,91	1.775.087,06	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	61.299,73	34.904,74
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	38.071,61	32.162,56
			VALORES RESTITUIVEIS	38.071,61	32.162,56
ATIVO CIRCULANTE	2.994.733,91	1.775.087,06	PASSIVO CIRCULANTE	99.331,34	67.067,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.934.838,64	2.090.241,01	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
IMOBILIZADO	1.934.838,64	2.090.241,01			
BENS MÓVEIS	1.878.854,82	2.029.392,35			
BENS MÓVEIS	55.983,82	60.848,66			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.934.838,64	2.090.241,01	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO			PATRIMONIO LIQUIDO		
			RESULTADO ACUMULADO	4.830.241,21	3.798.260,77
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.031.980,44	488.244,56
			RESULTADO EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.274.290,77	2.806.046,21
			AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	523.970,00	523.970,00
	0,00	0,00	RESULTADO ACUMULADO	4.830.241,21	3.798.260,77
TOTAL	4.929.572,55	3.865.328,07	TOTAL	4.929.572,55	3.865.328,07
ATIVO FINANCEIRO	2.994.733,91	1.775.087,06	PASSIVO FINANCEIRO	385.808,13	166.930,11
ATIVO PERMANENTE	1.934.838,64	2.090.241,01	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	4.543.764,42	3.698.397,96
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
Saldos dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldos dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Convidados e Outros Instrumentos a Receber	0,00	0,00	Obrigações Convidados e Outros Instrumentos a Liberar	0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar	0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Em atendimento a Lei 4.320/1964, o Balanço Patrimonial demonstrará o Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro e Passivo Permanente, Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Já o Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária. O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. No exercício de 2021, o CISPAR apresentou um superávit financeiro de **R\$ 2.608.925,78**, sendo R\$ 2.602.115,86 equivalente a recursos livres e R\$ 6.809,92 referentes a recursos vinculados.



7.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais registra as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, além de indicar o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período de 2021, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, foi, superavitária, de R\$ 1.031.980,44. Este valor passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício. Esta Demonstração tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

ANEXO 15 - DA LEI 4.320/64 - 01/01/2021 A 31/12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO P	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAI	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	4.175.200,87	3.898.877,84
VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.175.200,87	3.898.877,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	65.279,03	1.502,54
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCE	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANC	65.279,03	1.502,54
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIR	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	820.164,98	767.269,97
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	820.164,98	767.269,97
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASS	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
REVERSO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.933.784,37	1.719.159,34
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÓMICAS	0,00	0,00
REVERSO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.933.784,37	1.719.159,34
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	6.994.429,05	6.386.809,49



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

ANEXO 15 - DA LEI 4.320/64 - 01/01/2021 A 31/12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS	- 1.438.644,65	- 1.318.320,41
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	- 1.116.816,32	- 1.019.858,78
ENCARGOS PATRONAIS	- 321.828,33	- 291.061,63
BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E	0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00
PENSÕES	0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	- 4.506.760,88	- 4.594.684,23
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	- 2.376.241,68	- 2.232.905,77
SERVIÇOS	- 1.786.130,55	- 1.842.412,62
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	- 364.388,65	- 719.365,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OSTID	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCE	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIV	0,00	0,00
REAVALIÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA	0,00	0,00
PERDAS COM ALENAÇÃO	0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E D	0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CIVV	0,00	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	- 17.043,08	- 12.960,29
PREMIAÇÕES	0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
INCENTIVOS	0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	- 17.043,08	- 12.960,29
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	- 5.962.448,61	- 5.918.564,93
RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (III) = (I+II)	1.031.980,44	468.244,56

No exercício de 2021, o Cispár obteve variação quantitativa aumentativa de R\$ 6.994.429,05, sendo desmembrada em exploração de bens e prestação de serviços no valor de R\$ 4.175.200,67, Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras no montante de R\$ 65.279,03, Transferências recebidas dos entes consorciados no valor de R\$ 820.164,98 e outras variações aumentativas de R\$ 1.933.784,37, considerando no montante serviços de responsabilidade técnica, regulação dos serviços de saneamento e demais itens.

Já no quesito de variações quantitativas diminutivas totalizou R\$ 5.962.448,61, distinguidas em materiais de consumo e serviços de R\$ 4.142.372,23, e despesas com depreciação de bens móveis e imóveis de R\$ 364.388,65.

Através do confronto das variações quantitativas, é possível identificar que o Cispár encerrou o exercício de 2021 com um resultado patrimonial de R\$ 1.031.980,44



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

7.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. Em geral é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. As receitas são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. As despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO -

ANEXO 12 - DA LEI 4.320/64 - 02/01/2021 A 31/12/2021

RECEITA				DESPESA			
Especificação do Título	Previsão	Execução	Diferenças	Especificação do Título	Fixação	Execução	Diferenças
Receitas Correntes	7.860.000,00	6.994.429,05	- 865.570,95	DESPESAS CORRENTES	7.426.000,00	5.816.588,14	1.609.411,86
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.625.000,00	1.440.000,14	184.999,86
Receita Patrimonial	30.000,00	65.279,03	35.279,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.801.000,00	4.376.588,00	1.424.412,00
				DESPESAS DE CAPITAL	394.000,00	217.256,28	176.743,72
				INVESTIMENTOS	394.000,00	217.256,28	176.743,72
Receita de Serviços	4.675.000,00	4.175.200,67	- 499.799,33				
Transferências Correntes	1.050.000,00	820.164,98	- 229.835,02				
Outras Receitas Correntes	2.105.000,00	1.933.784,37	- 171.215,63	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	90.000,00		90.000,00
Receitas de Capital	50.000,00		- 50.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	90.000,00		90.000,00
Alienação de Bens	50.000,00		- 50.000,00				
S O M A	7.910.000,00	6.994.429,05	- 915.570,95	S O M A	7.910.000,00	6.033.844,42	1.876.155,58
DEFICIT				SUPERAVIT		960.584,63	- 960.584,63
##### TOTAL	7.910.000,00	6.994.429,05	- 915.570,95	##### TOTAL	7.910.000,00	6.994.429,05	915.570,95

O Resultado Orçamentário é obtido pela diferença entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas, conforme dispõe o art. 35 da Lei 4.320/64. Podendo ser um superávit (se for positivo) ou déficit (se for negativo). O Balanço Orçamentário é composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP); e c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (RPP).

O Orçamento foi aprovado pelo Ato de Consorcio Resolução 48/2020. No decorrer do exercício de 2021 houve alteração no Orçamento por meio de crédito adicional suplementar Resolução nº 14/2021, Resolução nº 32/2021 e 39/2021. Já na Resolução nº 18/2021, foi realizado crédito especial, cuja cobertura do crédito previsto ocorreu, de acordo com o art. 43 da Lei nº 4.320/1964 parágrafo § 1, por anulação parcial de dotação orçamentária.

A Receita Orçamentaria realizada contemplou o valor de 6.994.429,05, sendo esta desdobrada em Receita Patrimonial no valor de 65.279,03; Receitas de Serviços no valor de 4.175.200,67; Transferências Correntes no valor de 820.164,98; e Outras Receitas Correntes 1.9933.784,37.

Já as despesas orçamentárias foram empenhadas no montante de R\$ 6.033.844,42, desdobradas em Pessoal e Encargos no montante de R\$ 1.440.000,14, outras despesas correntes necessárias para a manutenção e custeio da administração pública no valor de R\$ 4.376.588,00 e Despesas de Capital na Classe de Investimentos no valor de R\$ 217.256,28.

7.4. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro é a demonstração que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício. Este demonstrativo é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando: (i). a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; (ii) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; (iii) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Anexo 13 Balanço Financeiro - De 02/01/2021 A 31/12/2021 - 1.-Anual Exercício: 2021

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Quebra:					
Receita Orçamentária			Despesa Orçamentária		
Receita Ordinária	6.994.329,00	6.386.803,28	Despesa Ordinária	6.033.844,42	5.128.962,11
Receita Vinculada	100,05	6,21	Despesa Vinculada	0,00	391,40
.. alienação de bens	100,05	6,21	.. alienação de bens	0,00	0,00
.. outras origens	0,00	0,00	.. transferências voluntárias	0,00	391,40
.. transferências voluntárias	0,00	0,00	.. transferências de programas	0,00	0,00
			.. outras origens	0,00	0,00
Soma :	6.994.429,05	6.386.809,49	Soma :	6.033.844,42	5.129.353,51
Transferências Financeiras			Transferências Financeiras		
Transferências Recebidas	0,00	0,00	Transferências Concedidas	0,00	0,00
Soma :	0,00	0,00	Soma :	0,00	0,00
Extra Orçamentários			Extra Orçamentários		
Recebimentos	618.598,53	437.841,39	Pagamentos	359.536,31	722.887,88
.. Valores Restituíveis	270.862,01	303.073,84	.. Valores Restituíveis	264.952,96	347.556,15
.. Inscrição Restos Pagar-Não Processados	286.476,79	99.862,81	.. Pagamentos Restos Pagar-Não Processados	59.678,61	202.989,24
.. Inscrição Restos Pagar-Processados	61.259,73	34.904,74	.. Pagamentos Restos Pagar-Processados	34.904,74	172.342,49
Soma :	618.598,53	437.841,39	Soma :	359.536,31	722.887,88
Saldo Anterior			Próximo Saldo		
Saldo em Espécie Anterior	1.775.087,06	802.677,57	Próximo Saldo em Espécie	2.994.733,91	1.775.087,06
.. Caixa e Equivalentes de Caixa	1.775.087,06	802.677,57	.. Caixa e Equivalentes de Caixa	2.994.733,91	1.775.087,06
Soma :	1.775.087,06	802.677,57	Soma :	2.994.733,91	1.775.087,06
TOTAL	9.388.114,64	7.627.328,45	TOTAL	9.388.114,64	7.627.328,45

A Receita Orçamentária realizada contemplou o valor de 6.994.429,05, sendo esta desdobrada em Receita Ordinária no valor de 6.994.329,00 e Receita Vinculada no valor de 100,05. Dentre os recebimentos extraorçamentários, a somatória foi no valor de R\$ 618.598,53. Recebimentos extraorçamentários são referentes às entradas compensatórias, inscrições em restos a pagar para compensar sua inscrição como despesa empenhada no exercício anterior.

A Despesa Orçamentária equivale a um total de 6.033.844,42, sendo em sua totalidade considerada despesa ordinária. Já os dispêndios extraorçamentários são referentes às saídas de valores restituíveis, consignações e retenções, pagamentos de restos a pagar processados e não processados.

Considerando o acumulado do exercício anterior, tem-se um saldo de caixa acumulado para o exercício seguinte no valor de R\$ 2.994.733,91.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

7.5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.

A demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades.

DEMONSTRAÇÃO FLUXO CAIXA - QUADRO PRINCIPAL	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	1.780.749,61	2.024.725,95
Ingressos	7.814.594,03	7.154.079,46
Receitas Derivadas e Originárias	6.994.429,05	6.386.809,49
Transferências Correntes Recebidas	820.164,98	767.269,97
Desembolsos	6.033.844,42	5.129.353,51
Pessoal e Demais Despesas	6.033.844,42	5.129.353,51
Juros e Encargos da Dívida		
Transferências Concedidas		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO (II)	- 208.986,28	- 38.833,86
Ingressos		
Alienação de Bens		
Amortização Empréstimos, Financiamentos Concedidos		
Desembolsos	208.986,28	38.833,86
Aquisição de Ativos Não Circulante	208.986,28	38.833,86
Concessão Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimento		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO (III)		
Ingressos		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social Empresas Dependentes		
Transferência de Capital Recebida		
Outros Ingressos de Financiamento		
Desembolsos		
Amortização/Refinanciamento de Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamentos		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	1.571.763,33	1.985.892,09
Caixa e Equivalente de Caixa - Inicial	1.775.087,08	802.677,57
Caixa e Equivalente de Caixa - Final	2.994.733,91	1.775.087,08



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

7.6. NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis do CISPAP foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, bem como considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

O CISPAP tem como descrição de atividade principal o CNAE 84.11-6-00 – Administração Pública em geral, sendo sua natureza jurídica como Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública), vinculado ao Município de Jussara-PR. O Consórcio é regido pelo disposto na Lei Federal nº 11.107/05, por seu regulamento e demais normas atinentes, por este Contrato de Consórcio Público e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

O Consórcio é composto dos seguintes órgãos: I - Assembleia Geral; II – Diretoria Executiva; III - Conselho Fiscal; IV – Órgão Regulador de Saneamento.

Além de seu objetivo primordial de promoções ações e serviços na área do saneamento, englobando abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, o CISPAP desenvolverá os objetivos podendo firmar ou figurar como interveniente em convênios, ajustes e instrumentos congêneres nas mais diversas esferas governamentais e não governamentais.

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

- a) Moeda funcional: A unidade de moeda em que os demonstrativos são apresentados é o Real (R\$).
- b) Caixa e equivalentes de caixa: As Disponibilidades da Universidade são avaliadas e mensuradas pelo valor original, conforme estabelecido no item 4.3.1 da Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP.
- c) Imobilizado: De acordo o MCASP, item 4.3.5, os imobilizados são mensurados ou avaliados inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os imobilizados do Cispap são avaliados com base no valor da aquisição.
- d) Depreciação: A política contábil para escolha do método é de depreciação linear, o qual corresponde a uma taxa de depreciação constante durante a vida útil dos bens, utilizando-se o valor residual de cada bem e sua classe. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC n 27 define como depreciação a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. A estimativa da vida útil é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes. Sempre que possível, a entidade deve mensurar a depreciação para cada componente relevante de um item do ativo imobilizado. A depreciação se inicia quando o ativo está disponível para uso e deve cessar quando o ativo é classificado como mantido para venda, quando o ativo é baixado ou estiver totalmente depreciado.

A despesa de depreciação de cada período deve ser reconhecida no resultado do exercício, ou no caso das entidades que seguem o Manual de Contabilidade Pública e o Plano Aplicado ao Setor Público – PCASP, os valores do exercício devem constar na Demonstração de Variação Patrimonial – DVP.

No exercício de 2021, foram realizadas aquisições de equipamentos e material permanente no valor total de R\$



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

208.986,28. O valor depreciado no exercício foi no valor de R\$ 364.388,65.

e) Passivo: é considerado como a obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. Para que exista um passivo, três critérios devem ser seguidos:

- A entidade tem uma obrigação;
- A obrigação é de transferir um recurso econômico;
- A obrigação é presente e resultante de eventos passados.

Nas rubricas de contas do passivo circulante, ao final do exercício o Cisparg apresentou R\$ 99.331,34, sendo que 62% é referente à obrigação com fornecedores. O restante das contas do passivo circulante é referente às obrigações de curto prazo em valores restituíveis de retenções tributárias, das quais constam no balanço patrimonial como circulante e demandam uma saída de recursos para quitação das consignações. Por exemplo temos retenções do imposto de renda de servidores ativos, IRRF, CSRF e INSS de terceiros por meio de prestação de serviços, dos quais serão pagos no exercício de 2022.

O passivo não circulante representa as obrigações exigíveis a longo prazo e seus vencimentos ocorrerão ao final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial. No exercício de 2021, o Cisparg não apresentou passivo não circulante.

7.7. RESTOS A PAGAR

Ao final de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar. Os restos a pagar se classificam em dois tipos: processados e não processados. Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Já os restos a pagar não processados são as despesas empenhadas, porém não liquidadas e consequentemente não pagas.

Ao final do exercício, o montante transferido como restos a pagar processados foi de R\$ 61.259,73. Já os restos a pagar não processados apresentaram o valor de R\$ 286.476,79, totalizando um valor de restos a pagar de R\$ 347.836,52.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade pública brasileira vem sofrendo, nos últimos anos, um processo de evolução e convergência aos padrões internacionais, deixando de dar o enfoque principal aos conceitos orçamentários e direcionando-o para a evidenciação dos aspectos patrimoniais, exigindo, assim, um novo padrão das informações contábeis, capaz de permitir a correta interpretação dos fenômenos patrimoniais, o diagnóstico da situação orçamentária e financeira e a análise dos resultados econômicos.

Diante da necessidade de se evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais, o CISPARG apresentou o presente relatório, contendo as análises e explicações necessárias ao bom entendimento dos fatos que embasaram os lançamentos contábeis no exercício de 2021. As Demonstrações Contábeis foram apresentadas em comparação ao ano anterior, facilitando assim a obtenção dos dados que proporcionaram a execução deste trabalho. A partir das informações apresentadas no presente relatório segue um breve resumo dos resultados apresentados no Cisparg em 2021:

a. O Resultado Patrimonial apurado em 2021 foi superavitário em R\$ 1.031.980,44, apresentando um aumento de 120% em relação ao exercício anterior.

b. O Patrimônio Líquido em 2021 apresenta-se com o valor de R\$ 4.830.241,21. Em comparação com o valor de 2020, que foi de R\$ 3.798.260,77, percebe-se que houve um acréscimo nominal de 27,10%. O principal item que contribuiu para esta variação foi o Resultado Patrimonial do exercício.

c. O Resultado Financeiro de 2021 atingiu o superávit no valor de R\$ 2.994.733,91, montante este que será transferido para o próximo exercício.

d. O Resultado Orçamentário de 2021 foi de R\$ 960.584,63, visto que as receitas orçamentárias realizadas (R\$ 6.994.429,05) foram superiores às despesas orçamentárias empenhadas (6.033.844,42).

9. GLOSSÁRIO

Este glossário objetiva auxiliar a interpretação dos termos técnicos utilizados neste documento. Contudo, não altera, nem sobrepõe as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ações / Cotas em Tesouraria. Compreendem o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ajustes de Avaliação Patrimonial. Compreendem as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto não computadas no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência.

Ajustes de Exercícios Anteriores. Registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integrando o subgrupo “Resultados Acumulados”.

Ativo. Recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado

Ativo Circulante. Ativo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante. Ativo que não é classificado como ativo circulante, como, por exemplo, ativo imobilizado e ativo intangível.

Atos Potenciais Ativos. São valores não compreendidos no ativo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira positiva o patrimônio público

Atos Potenciais Passivos. São valores não compreendidos no passivo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira negativa o patrimônio público

Caixa e Equivalentes de Caixa. Compreendem o caixa em espécie (dinheiro) e recursos alocados em conta corrente ou em aplicações financeiras para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Créditos Adicionais. Autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Despesas Orçamentárias. Fluxos que derivam da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, bem como em créditos adicionais, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

Despesa Orçamentária Empenhada. Consiste no valor que o Estado reservou no orçamento para efetuar um pagamento pendente ou não de implemento de condição



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

Despesa Orçamentária Liquidada. Consiste no valor que o credor adquire como direito ao produzir um bem ou prestar um serviço, bem como quando do adimplemento de todas as condições necessárias à transferência de recursos pactuados em convênios e instrumentos congêneres.

Despesa Orçamentária Paga. Consiste no valor desembolsado no exercício de referência, em regra, após a regular liquidação.

Dotação Atualizada. Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Dotação Inicial. Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Fornecedores e Contas a Pagar. Compreendem as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, além das obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações

Imobilizado. Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar. Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas em grupos específicos, tais como: premiações; incentivos; equalizações de preços e taxas; participações; e contribuições.

Pagamentos Extraorçamentários. São aqueles que não constam na lei orçamentária anual (LOA), compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

Passivo. Obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante. Passivo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante. Representa todas as obrigações que podem ser consideradas a longo prazo, ou seja, são aqueles cujos vencimentos estão dentro de um período superior a 12 meses.

Passivos Contingentes. Representam obrigações possíveis, resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Além disso, são passivos contingentes as obrigações presentes cuja saída de recursos é improvável ou cujo valor não pode ser mensurado com suficiente



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

confiabilidade. Quando a saída de recursos se torna provável, o passivo contingente é convertido em provisão, que deverá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

Pessoal e Encargos Sociais. Compreendem a remuneração do pessoal ativo, civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Recebimentos Extraorçamentários. Compreendem os ingressos de recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário; e a inscrição de restos a pagar. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receitas Orçamentárias. Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro, e, geralmente, por força do Princípio Orçamentário da Universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receitas Orçamentárias Realizadas. Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária, na forma do art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Restos a Pagar. Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

Restos a Pagar Não Processados. Compreendem as despesas empenhadas, mas não liquidadas (e consequentemente não pagas) até 31 de dezembro do exercício anterior.

Restos a Pagar Processados. Compreendem as despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

Resultado Financeiro. Representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

Resultado Orçamentário. Representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas.

Resultado Patrimonial. Representa o resultado patrimonial decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas. Corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

Variações Patrimoniais Diminutivas. Corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Rua Sofia Tachini, nº237 - Jardim Bela Vista

Jussara – Paraná – Cep 87.230-000

CNPJ: 04.823.494/0001-65 – Telefone: (44) 3123-2800

10. BASE LEGAL

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – Seção II – DOS ORÇAMENTOS, Artigos 165 a 169.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Brasília: MF/STN, 2015.

BRASIL. Manual Técnico do Orçamento. MTO

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: PARTE V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. 7ª ed. Brasília: MF/STN, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP - do Setor Público.